

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA CONGREGAÇÃO
DA ESCOLA POLITÉCNICA/UFRJ DO DIA 04 DE JUNHO DE 2025.**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, com início às catorze horas e oito minutos, reuniram-se, presencialmente, os membros da Egrégia Congregação da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e virtualmente através da plataforma ZOOM, ID da reunião: 847 7006 2798 através da conta oficial da Escola Politécnica. A sessão foi presidida pela Diretora da Escola Politécnica, Prof^a. Cláudia do Rosário Vaz Morgado e foram registradas as presenças dos seguintes membros que representam o quórum regimental: Vice-Diretor Prof. Edilberto Strauss. Diretores Adjuntos: Álvaro da Silva Monteiro (DAPE)-remoto, Profa. Cristina Aparecida Gomes Nassar (DAPG)-remota, Prof^a. Fernanda Duarte Vilela Reis de Oliveira (DAEC), Luciana Ferreira Machado (DADH), Prof^a. Maria Alice Ferruccio da Rocha (DACE), Prof. Mauro Henrique Alves de Lima Junior (DAEG), Victor Paulo Peçanha Esteves (DAPLAN)-remoto. Chefes Departamentos: Departamento de Construção Civil (DCC)- Prof^a. Maria do Carmo Reis Cavalcanti- remota; Departamento de Engenharia Elétrica (DEE) - Prof. Elkin Ferney Rodriguez Velandia; Departamento de Engenharia Eletrônica e de Computação (DEL)-Prof. Sérgio Lima Netto; Departamento de Engenharia Industrial (DEI)-Prof. Lino Guimarães Marujo; Departamento de Engenharia Mecânica (DEM)– Prof. Gustavo Cesar Rachid Bodstein; Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais (DMM)-Prof. Marcelo Borges Mansur; Departamento de Engenharia Naval e Oceânica (DENO)-Prof. Marcelo Igor Lourenço de Souza -Remoto; Departamento de Engenharia Nuclear (DNC) – Prof. Giovani Laranjo de Stefani; Departamento de Engenharia de Transportes (DET) - Prof. Giovani Manso Avila-remoto; Departamento de Engenharia de Estruturas (DES)–Prof^a. Flávia Moll de Souza-remoto; Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (DHRIMA)- Prof^a. Heloisa Teixeira Firmo-remoto e Prof^a. Paula Farencena Viero; A3P - Associação dos Antigos Alunos- Prof. Eduardo Linhares Qualharini; Representantes dos Professores Titulares- Prof. Floriano Carlos Martins Pires Júnior e Prof. Luís Henrique Maciel Kosmalski Costa; Representantes dos Professores Adjunto – Prof. Leonardo Luiz Lima Navarro; Representantes dos Discentes – Graduação: 1^a Cadeira-Matheus Monteiro Nascimento; 2^a Cadeira- Juan Daniel Teixeira da Fonseca; 3^a Cadeira- Rafaela da Conceição Moreira de Souza-remoto e 4^a Cadeira- Ruan Vieira dos Santos-remoto. Comunicação. Expediente. (...). Ordem do Dia (...). **Item 03. Pedidos de Afastamentos.** Relatora: Prof^a. Cláudia do Rosário Vaz Morgado. **3.1. Afastamentos no País:** Processo 23079.217329/2025-66 - **LINO GUIMARÃES MARUJO**. DEI. Participação na banca de qualificação de DSc e participação como palestrante no 1o encontro de logística sustentável do LALT/FEC/UNICAMP. Campinas, SP. Período de 06 a 09 de maio de 2025. Processo 23079.222113/2025-12 - **MICHELE SCHUBERT PFEIL**. DES. Participação no CONGRESSO EBRAMEM - Encontro brasileiro em madeiras e em estruturas de madeira. Curitiba, PR. Período de 03 a 07 de maio de 2025. Processo 23079.221315/2025-47 - **JULIO CESAR BOSCHER TORRES**. DEG. Participação no CONGRESSO da Sociedade Brasileira de Acústica. São Paulo, SP. Período de 24 a 28 de agosto de 2025. Processo 23079.221399/2025-19 - **GIOVANNI LARANJO DE STEFANI**. DNC. Participação no 11º Encontro Interdisciplinar Interinstitucional em Ciência e Engenharia (11º EI2CE), em parceria com o Centro de Pesquisa Aplicada em inteligência Artificial para a Indústria 4.0 (CPA-IA) - SENAI CIMATEC. Nova Friburgo, RJ. Período de 19 a 24 de maio de 2025. Processo 23079.226725/2025-84 - **GIOVANNI LARANJO DE STEFANI**. DNC. Participação na Audiência Pública da Comissão de Minas e Energia. Distrito Federal, Brasília. Período de 26 a 27 de maio de 2025. Processo 23079.226732/2025-86 - **MÔNICA PERTEL**. DRHIMA. Participação no Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental com apresentação de trabalho. Distrito Federal, Brasília. Período de 26 a 28 de maio de 2025. Processo 23079.225212/2025-56 - **MARIA ALICE FERRUCCIO DA ROCHA**. DEI. Participação na organização do evento da Associação de Líderes para o Desenvolvimento Sustentável - Enactus Brasil. Belém, PA. Período de 21 a 25 de julho de 2025. Processo 23079.228141/2025-43 - **CELIO ALBANO DA COSTA NETO**. DMM. Discussão de resultados de projeto de pesquisa e acompanhamento dos experimentos que serão realizados nas dependências

do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais. Período de 11 a 12 de junho de 2025. **3.2. Afastamentos do País:** Processo 23079.220701/2025-11 - **MARCELO GOMES MIGUEZ**. DET. Missão acadêmica na Universidade La Sapienza para apresentação de pesquisa desenvolvida no âmbito da pós-graduação e cancelada pelo CNPq. Roma, Itália. Período de 25 de maio a 01 de junho de 2025. Processo 23079.222684/2025-57 - **MAYARA AMARIO**. DCC. Participação no CEES 2025, aprofundamento de conhecimentos científicos e técnicos na área de Engenharia Civil, e trabalhos desenvolvidos na UFRJ. Bari, Itália. Período de 06 a 16 de junho de 2025. Processo 23079.222686/2025-46 - **CARINA MARIANE STOLZ**. DCC. Participação no CEES 2025. Bari, Itália. Período de 06 a 15 de junho de 2025. Processo 23079.222216/2025-82 - **MARCELO CAIRE**. DENO. Participação no OMAE 2025, e apresentação de artigos científicos. Vancouver, Canadá. Período de 19 a 28 de junho de 2025. Processo 23079.222771/2025-12 - **MARCELO JOSÉ COLAÇO**. DEM. Visita técnica à Università di Parma. Parma, Itália. Período de 20 de setembro a 12 de outubro de 2025. Processo 23079.219897/2025-00 - **RAQUEL JAHARA LOBOSCO**. DEM. Missão de acompanhamento do projeto Capes Brafitec e participação do fórum anual do programa Brafitec, em Polytech Tours, Montpellier, Chambéry-Annecy. Paris, Tours, Montpellier, Chambéry, França. Período de 31 de maio a 16 de junho de 2025. Processo 23079.222649/2025-38 - **JOEL SENA SALES JUNIOR**. DENO. Participação no congresso OMAE 2025, Vancouver, Canadá. Período de 22 a 27 de junho de 2025. Processo 23079.220491/2025-61 - **JOEL SENA SALES JUNIOR**. DENO. Divulgação científica e consolidação de parcerias com grupos no exterior de energias renováveis e embarcações autônomas cidades: AI FLUIDS, UNIV. DE COIMBRA, MARIN NETHERLANDS. Maich, Grécia; Coimbra, Portugal; Wageningen, Holanda. Período de 25 de maio a 22 de junho de 2025. Processo 23079.223540/2025-18 - **HELICIO RANGEL BARRETO ORLANDE**. DEM. Apresentação dos seguintes trabalhos científicos em SFT - Société Française de Thermique. Chambéry, França. Período de 01 a 07 de junho de 2025. Processo 23079.222814/2025-51 - **MARCELO IGOR LOURENÇO DE SOUZA**. DENO. Participação e apresentação de trabalho no congresso omae 2025. Instituição ASME. Vancouver, Canadá. Período de 19 a 27 de junho de 2025. Processo 23079.221741/2025-81 - **JOÃO CARLOS DOS SANTOS BASÍLIO**. DEE. Participação no congresso 2025 american control conference - IEEE/American Control Council. Denver, EUA. Período de 05 a 13 de julho de 2025. Processo 23079.222718/2025-11 - **CARMEN LÚCIA TANCREDO BORGES**. DEE. Participação no congresso IEEE EUROCON 2025 com apresentação de artigo. Gdynia, Polônia. Período de 02 a 06 de junho de 2025. Processo 23079.218288/2025-25 - **RICHARD MAGDALENA STEPHAN**. DEE. Professor visitante SWJTU - South West Jia Tong University. Chengdu, China. Período de 26 de junho a 27 de agosto de 2025. Processo 23079.223854/2025-11 - **MIGUEL ELIAS MITRE CAMPISTA**. DEE. Realização de missão CAPES-COFECUB (Projeto CONVERGÊNCIA) e de trabalho de cooperação. Paris, França. Período de 02 a 23 de julho de 2025. Processo 23079.223353/2025-34 - **PAULO SERGIO RAMIREZ DINIZ**. DEL. Realização de pesquisa conjunta e orientação de alunos na Concordia University. Montreal, Canadá. Período de 07 a 23 de junho de 2025. Processo 23079.223675/2025-83 - **GRAZIELLA MARIA FAQUIM JANNUZZI**. DEG. Participação em Simpósio pela Universidade de Tampere na Finlândia e Universidade de Gustave Eiffel na França. Tampere, Finlândia; Nantes, França. Período de 02 a 16 de junho de 2025. Processo 23079.215651/2025-51 - **ROBSON FRANCISCO DA SILVA DIAS**. DEE. Visita a Universidade de O'Higgins. Rancagua, Chile. Período de 04 a 08 de agosto de 2025. Processo 23079.226367/2025-18 - **EDUARDO ANTÔNIO BARROS DA SILVA**. DEL. Participação na 108ª Reunião do Joint Photographic Experts Group. Daejeon, Coreia do Sul. Período de 26 de junho a 06 de julho de 2025. Processo 23079.221146/2025-45 - **JOSÉ RENATO MENDES DE SOUSA**. DEG. Participação e apresentação de trabalho no congresso OMAE 2025. Instituição ASME. Vancouver, Canadá. Período de 20 a 29 de junho de 2025. Processo 23079.227201/2025-19 - **ILSON PARANHOS PASQUALINO**. DEI. Participação no Congresso Internacional - OMAE2025. Instituição ASME. Vancouver, Canadá. Período de 18 a 29 de junho de 2025. Processo 23079.227767/2025-32 - **ROBERTO IVO DA ROCHA LIMA FILHO**. DEI. Participação no Congresso Mundial da Sociedade de Econometria. Seul, Coreia do Sul. Período

de 15 a 30 de agosto de 2025. Processo 23079.226793/2025-43 - **MARCELO GOMES MIGUEZ**. DET. Participação na Conferência Euro-Mediterrânea para Integração Ambiental (EMCEI-25), com ônus CNPq. Reggio Calabria, Itália. Período de 21 a 29 de junho de 2025. Processo 23079.228137/2025-85 - **JULIANA BRAGA RODRIGUES LOUREIRO**. DEM. Participação no 11º Simpósio Internacional de Turbulência, Transferência de Calor e Massa (THMT 2025), com ônus Fundação COPPETEC. Tóquio, Japão. Período de 18 a 27 de julho de 2025. Processo 23079.228970/2025-26 - **BRÁULIO CÉSAR DE OLIVEIRA**. DEE. Participação no 2025 IEEE Power & Energy Society General Meeting em Austin, Texas nos Estados Unidos da América. Texas, Estados Unidos. Período de 27 de julho a 02 de agosto de 2025. Processo 23079.229039/2025-65 - **ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DE LIMA**. DEE. Participação de conferência internacional sobre transitórios eletromagnéticos (IPST2025) a ser realizada de 8 a 12 de junho de 2025 em Guadalajara, México. Período de 7 a 14 de junho de 2025. Em regime de votação, os afastamentos foram aprovados por unanimidade. **Item 04. Resolução Iniciativas Estudantis POLI**. Relatora: Profª. Cláudia do Rosário Vaz Morgado. O documento foi enviado previamente, que em estabelece: “RESOLUÇÃO CONGREGAÇÃO POLI Nº 03/2025- Dispõe sobre o cadastro e funcionamento das Iniciativas Estudantis da Escola Politécnica. A Congregação da Escola Politécnica, no exercício de suas atribuições, em sessão realizada em DD de MM de 2025, considerando a necessidade de estabelecer normas e critérios para a instituição das Iniciativas Estudantis como parte integrante das atividades de formação dos cursos sob sua responsabilidade, RESOLVE: CAPÍTULO I-DA FINALIDADE E CONSTITUIÇÃO. Art. 1º – As Iniciativas Estudantis de Engenharia são organizações discentes que desempenham função relevante na representação da Escola Politécnica da UFRJ, participando de atividades acadêmico-científicas. Seus objetivos variam conforme a sua classificação, sendo assim categorizadas: I. Equipe de Competição; II. Interpoli; III. Empresa Júnior; IV. Atlética; V. Ligas estudantis; VI. Outras. Art. 2º – As Iniciativas devem ser constituídas, majoritariamente, por grupos de alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Escola Politécnica da UFRJ, sob a coordenação de um docente pertencente ao quadro permanente da UFRJ. Preferencialmente, este coordenador deve estar lotado na Escola Politécnica ou possuir atuação destacada no ensino de graduação nos cursos da Politécnica. *Parágrafo único*. O Coordenador deve atuar em área relacionada ao tema específico da Iniciativa sob sua coordenação. Caso contrário, poderá designar um coorientador. Art. 3º – As Iniciativas integram as atividades de formação nos cursos de engenharia, contribuindo significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, além de enriquecerem a experiência acadêmica dos estudantes. *Parágrafo único*. As atividades desenvolvidas pelas Iniciativas poderão ser reconhecidas como Ações de Extensão, devidamente registradas no SIGA, para fins de contabilização curricular de carga horária. Art. 4º – As Iniciativas têm como objetivos: I. Representar a Escola Politécnica em competições locais, nacionais e internacionais; II. Aumentar a visibilidade nacional e internacional da Politécnica; III. Incentivar a inovação e o aprimoramento por meio da pesquisa; IV. Promover a produção acadêmica; V. Fortalecer o vínculo entre a instituição, os alunos e a comunidade; VI. Estimular a interdisciplinaridade na Escola Politécnica; VII. Contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. CAPÍTULO II-DO CADASTRO E VIGÊNCIA. Art. 5º - A proposta de criação de uma Iniciativa deve estar alinhada aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Escola Politécnica e incluir um Plano de Trabalho. §1º O cadastramento do Plano de Trabalho deve ser realizado pelo Coordenador. §2º O Plano de Trabalho da Iniciativa deve conter: Nome e área de atuação; Nome e qualificação do Coordenador; Composição inicial; Regimento interno aprovado pela Congregação da Escola Politécnica; Cronograma das atividades previstas; Metodologia das atividades a serem executadas; Critérios de avaliação e acompanhamento das atividades. Art. 6º - O período máximo de vigência do cadastro de uma Iniciativa é de sessenta meses, podendo ser renovado sucessivamente, conforme a necessidade e características próprias de sua atuação. §1º A prorrogação da vigência deverá ser solicitada à Direção da Escola Politécnica, no mínimo noventa dias antes do término do período vigência. §2º A solicitação de prorrogação deve ser acompanhada de justificativa, Relatório Parcial das atividades desenvolvidas e atualização do Plano de Trabalho. Art. 7º - As atividades de novas Iniciativas só poderão ser iniciadas após aprovação pela Congregação da Escola Politécnica.

CAPÍTULO III-DAS COMPETÊNCIAS. Art. 8º – Compete ao Coordenador da Iniciativa: I. Cadastrar a proposta da criação da Iniciativa; II. Elaborar o Plano de Trabalho, com cronograma de atividades; III. Apresentar Relatórios Parciais e Final; IV. Acompanhar os estudantes e orientar os trabalhos realizados, sendo responsável pelas atividades desenvolvidas. Art. 9º – Compete à Direção da Escola Politécnica: Supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Iniciativas; II. Propor normas e regulamentos gerais aplicáveis a todas as Iniciativas; III. Apoiar a divulgação das ações das Iniciativas; IV. Auxiliar, a seu critério, os pleitos das Iniciativas junto às instâncias internas da UFRJ e entidades externas; V. Oferecer, a seu critério, editais próprios de apoio às Iniciativas. Art. 10º – Compete a Congregação da Escola Politécnica manifestar-se favoravelmente ou desfavoravelmente sobre a criação e extinção de Iniciativas. CAPÍTULO IV-DOS RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS. Art. 11º – Os bens adquiridos por financiamento às Iniciativas devem ser incorporados ao patrimônio da Escola Politécnica, garantindo seu uso adequado em suas atividades. Art. 12º – O aporte e controle dos recursos financeiros das Iniciativas deve ser realizado, exclusivamente, por uma das Fundações de Apoio credenciadas da UFRJ, sob a responsabilidade do Coordenador. *Parágrafo único.* Os recursos administrados pelas Agências de Fomento serão gerenciados conforme as regras estabelecidas por elas. CAPÍTULO V-DA SUBSTITUIÇÃO DO COORDENADOR E DA EXTINÇÃO DA INICIATIVA. Art. 13º – O Coordenador poderá ser substituído: I. a pedido, mediante autorização da Direção da Escola Politécnica; ou II. por decisão da Direção da Escola Politécnica. Art. 14º – A Iniciativa poderá ser extinta: por solicitação formal da maioria de seus membros; ou II. por solicitação da Direção da Escola Politécnica. CAPÍTULO VI- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 15º – Durante o período de afastamento discente para participação nas atividades oficiais externas da Iniciativa, as faltas em atividades acadêmicas serão abonadas. Caso sejam realizadas avaliações acadêmicas nesse período de afastamento, será garantido o direito à realização de avaliação substitutiva após o retorno. *Parágrafo único* - O Coordenador deverá enviar uma declaração referente a cada aluno, justificando o motivo do afastamento oficial. Art. 16º – As atuais Iniciativas deverão se adequar a esta resolução no prazo de seis meses. Art. 17º – Os casos omissos por esta resolução serão decididos pela Congregação da Escola Politécnica. Art. 18º – Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.” Franqueada a palavra aos conselheiros, houve manifestação da Profª. Heloisa Teixeira Firmo e do Prof. Edilberto Strauss. Após diversas considerações foram propostas as seguintes Alterações: a) Proposta de acréscimo no Art. 1º – (...). item V “Ligas estudantis”, e o item “Outras” tornou-se item VI. Em regime de votação a alteração foi aprovada por unanimidade. b) Proposta de alteração no Art. 3º – (...) *Parágrafo único*, de troca da palavra por “poderão” pela palavra “deverão” em regime de votação a alteração foi rejeitada por maioria de votos, sendo 11 votos contrários e 04 favoráveis. c) Proposta de alteração no Art. 14º, I do termo “por decisão” por “por solicitação” em regime de votação a alteração foi aprovada por unanimidade. d) Proposta de alteração no Art. 15º, de acréscimo da palavra “oficiais” na frase do artigo “participação nas atividades oficiais da Iniciativa”, e do parágrafo único com o seguinte texto: “O Coordenador deverá enviar uma declaração referente a cada aluno”. Em regime de votação a alteração foi aprovada por unanimidade. Neste momento, a Presidente propôs e foi apoiado por unanimidade a Inversão do Item 13 da Pauta, a pedido do Diretor Adjunto de Ensino de Graduação (DAEG). Relator: Prof. Mauro Henrique Alves de Lima Junior. terá que se ausentar. **Item 05. Resolução COTAV POLI.** Relator: Prof. Floriano Carlos Martins Pires Júnior. O documento foi enviado previamente, que em estabelece: “RESOLUÇÃO CONGREGAÇÃO POLI Nº 02/2025- Dispõe sobre Regulamenta os procedimentos para a alocação de vagas docentes de Magistério Superior da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Congregação da Escola Politécnica da UFRJ, CONSIDERANDO: a) que a admissão de professores na Universidade Federal do Rio de Janeiro é um processo cujo impacto se faz sentir por longo prazo e define por décadas o perfil da instituição; b) que a admissão de professores é, por conseguinte, uma atividade estratégica para a Escola Politécnica e deve ser cuidadosamente organizada, a fim de promover o adequado desenvolvimento acadêmico do ensino, da pesquisa e da extensão; c) que o processo de alocação de vagas docentes deve ter por objetivo o fomento e a consolidação dos objetivos acadêmicos e estratégicos do plano de desenvolvimento da Escola Politécnica; d) que o processo de alocação de

vagas docentes deve obedecer a princípios, critérios e procedimentos públicos; e) que tais princípios, critérios e procedimentos devem ser formalizados para auxiliar e agilizar o trabalho da Comissão Temporária de Alocação de Vagas da Escola Politécnica – COTAV-POLI. RESOLVE: CAPÍTULO I- DAS FINALIDADES. Art. 1º. A COTAV-POLI é a comissão, constituída periodicamente, encarregada de elaborar a proposta anual de hierarquização de vagas docentes para solicitação pela POLI. A proposta será submetida à Congregação, e obedecerá às disposições desta resolução. CAPÍTULO II- DAS CLASSES DOCENTES E DO REGIME DE TRABALHO. Art. 2º. O perfil docente da Escola Politécnica deve alcançar e manter, pelo menos, 90% de docentes com doutorado, incluindo Professores Adjuntos (Classe C), Professores Associados (Classe D) e Professores Titulares (Classe E). Art. 3º. A Escola Politécnica deverá privilegiar a contratação de Professores Adjuntos A de dedicação exclusiva, com doutorado, de modo a fomentar o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, além do avanço do conhecimento nas áreas do saber. Art. 4º. Em casos excepcionais, a COTAV-POLI poderá levar em conta a necessidade de contratação de Professores Assistentes A, em regime de dedicação exclusiva. Parágrafo único. A alocação de vaga para a classe Assistente A deverá obrigatoriamente se fundamentar em justificativa circunstanciada que evidencie: I - a relevância de tal contratação; II - a carência de potenciais candidatos com doutorado na área em questão; III - um plano de capacitação e qualificação docente, que será sistematicamente acompanhado pela Comissão de Corpo Docente da Congregação; IV - o esforço realizado pelo Departamento para a melhoria da qualificação de seus docentes nos últimos cinco anos. Art. 5º. Em casos excepcionais, a COTAV-POLI poderá ainda considerar a necessidade de contratação de professores em regime de 20 horas, desde que o perfil docente resultante mantenha, pelo menos, 90% de docentes em regime de dedicação exclusiva para a POLI, e 80% para cada departamento. Destaca-se a possibilidade de professor 20h vir a suprir disciplinas específicas de formação profissional, mais próximas do final do curso, em que o contato e atuação do professor no mercado sejam valorizados. Nesse caso, espera-se o perfil de um profissional com reconhecido currículo técnico. Adicionalmente, o professor de 20h pode também ser uma alternativa ao professor Assistente A, quando a carência de potenciais candidatos com doutorado (Inciso II do parágrafo único do Art. 4º) se combinar com a demanda em disciplinas de caráter mais ferramental, onde o desenvolvimento de pesquisa for limitado. CAPÍTULO III-DA SISTEMÁTICA DE SOLICITAÇÃO E ALOCAÇÃO. Art. 6º. Os departamentos interessados em vagas docentes para concurso deverão encaminhar as informações necessárias para avaliação da carga atual de trabalho, e um Plano Estratégico de Desenvolvimento, explicitando as especificidades acadêmicas e justificando eventuais demandas de vagas docentes adicionais para o biênio seguinte. As proposições deverão conter: a) estratégias acadêmicas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem conduzidas pelo departamento, articuladas com a atuação dos professores associados às vagas solicitadas; b) definição e justificativa da categoria docente e regime de trabalho pretendido para cada vaga solicitada. Art. 7º. No exame do mérito para priorização das solicitações dos departamentos, serão considerados os seguintes aspectos: a) as atividades didáticas do Departamento, a carga de trabalho docente e a relação professor/aluno; b) o desempenho e as carências do departamento no ensino de graduação e de pós-graduação e nas atividades de pesquisa e de extensão; c) a produção científica, técnica e didática do Departamento; d) o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Departamento; e) a ocorrência de vaga originada de falecimento, aposentadoria, demissão ou transferência *ex officio* de docente do departamento interessado, no caso de vacância para temas específicos e sem reposição nos quadros do próprio departamento. CAPÍTULO IV- DA COMPOSIÇÃO DA COTAV-POLI. Art. 8º. Para a análise das alíneas dos Artigos 6º e 7º, a Congregação da Escola Politécnica designará representantes para compor a Comissão Temporária de Alocação de Vagas da Escola Politécnica - COTAV-POLI, que elaborará parecer circunstanciado sobre a matéria, a partir da proposição dos departamentos. Art. 9º. A Comissão Temporária de Alocação de Vagas da Escola Politécnica - COTAV-POLI deverá ter a seguinte composição: a) Um representante de cada departamento da Escola Politécnica, sendo vedada a indicação do chefe e seu substituto eventual; b) Um representante da Comissão de Corpo Docente da Congregação designando pelo Diretor(a) da Escola Politécnica. c) § 1º. Na composição da COTAV-POLI, um terço dos membros deverão, preferencialmente, ter participado da comissão

imediatamente anterior, havendo renovação dos representantes restantes. § 2º. Após a homologação dos resultados pela Congregação, a COTAV-POLI será automaticamente dissolvida. § 3º. A COTAV-POLI será presidida pelo representante da Comissão de Corpo Docente da Congregação. **CAPÍTULO V- DOS PROCEDIMENTOS DA COTAV-POLI.** Art. 10º. Cada departamento receberá uma pontuação com base na carga atual de trabalho, apurada de acordo com os indicadores vigentes aprovados. Parágrafo único. Será elaborada uma lista em ordem decrescente de pontuação dos departamentos. Art. 11º. As prioridades na solicitação de vagas serão estabelecidas a partir da posição do departamento na lista referida no Art. 10º. Art. 12º. Para estabelecimento das prioridades na solicitação de vagas, a COTAV-POLI deverá considerar, adicionalmente, a especificidade de cada departamento e as demandas justificadas nos Planos de Desenvolvimento Estratégico. Art. 13º. Cada solicitação de vaga será avaliada pela COTAV-POLI, em plenário. Parágrafo único. Os relatos dos departamentos, mostrando seus Planos de Desenvolvimento Estratégico, serão apresentados e apreciados pela plenária da COTAV-POLI, conforme especificidades de cada caso, sendo esta avaliação qualitativa considerada conjuntamente com a avaliação quantitativa, para hierarquização das demandas. Art. 14º. As definições da COTAV-POLI no decorrer de seus trabalhos serão tomadas mediante votação. Parágrafo único. O Presidente da COTAV-POLI não votará, exceto em caso de empate. Art. 15º. A lista final de prioridades, com vigência até a COTAV-POLI seguinte, será submetida à Congregação. Art. 16º. A Congregação, em reunião plenária, deverá avaliar o resultado da COTAV-POLI, para homologação final da hierarquização de vagas na Escola Politécnica. O relatório e as atas da COTAV-POLI serão tornados públicos e divulgados após deliberação final. **DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO DE VAGAS DOCENTES. I – Prioridades de Alocação.** A sistemática de alocação de vagas docentes na Escola Politécnica da UFRJ seguirá os procedimentos da Resolução da Congregação 02/2025. As informações encaminhadas pelos departamentos e os documentos oficiais da administração serão utilizados como dados para avaliação do Índice de Carga de Trabalho Atual e outros indicadores relevantes para comparação, bem como das necessidades de vagas docentes adicionais e análise das especificidades de cada departamento. A carga de trabalho docente do departamento (CTD) será calculada levando-se em conta o número de alunos concluintes das disciplinas (aqueles que aparecem como ativos na pauta final de lançamento de notas). O índice para comparação da carga média de trabalho (I_{dep}) será obtido multiplicando a carga de trabalho por fatores de ajuste baseados em indicadores de produção intelectual e de atividades de extensão. O índice será ajustado também para considerar eventuais perdas de docentes por aposentadoria, morte ou demissão. As disciplinas consideradas serão aquelas ministradas por docentes lotados no departamento. Ou seja, serão incluídas disciplinas externas ministradas por docentes do departamento, e não serão consideradas disciplinas do departamento ministradas por docentes externos (desde que sejam docentes efetivos da UFRJ, de outros departamentos ou de outras Unidades Acadêmicas). Esse procedimento permite mapear fielmente a carga horária em prática pelo departamento, bem como ajuda a mapear interações transversais de cooperação entre departamentos, que participam de forma cruzada na formação dos alunos e que são consideradas ações positivas. Professores Substitutos, Professores Visitantes e Colaboradores Voluntários não serão considerados como professores lotados no Departamento. Entretanto, a carga horária das disciplinas do Departamento por eles ministradas será computada na carga didática total. Ou seja, essa cooperação externa supre a carga horária, mas não confere segurança de continuidade de oferta, sendo, portanto, a carga computada como efetiva do departamento, mas esse professor externo não pesa no denominador. Os índices para comparação serão apurados para cada período letivo. Os índices finais serão as médias dos índices dos períodos do biênio anterior. A carga total de aulas do Departamento é a soma das cargas horárias das disciplinas ministradas por docentes lotados no Departamento e das disciplinas do Departamento ministradas por Professores Substitutos, Visitantes e Colaboradores Voluntários. No caso de turmas com número de alunos concluintes em pauta superior a 40 (quarenta), a carga será multiplicada por um fator de majoração igual ao número de alunos dividido por 40. Esse critério permite aumentar a contribuição de turmas muito grandes para o cômputo final da carga docente total do departamento (CTD), de forma a medir o nível de sobrecarga do departamento, de forma que a reposição de vagas, nestes casos, permite a subdivisão de turmas para um melhor

aproveitamento didático. A carga docente total do departamento (CTD) será a soma das cargas horárias ajustadas das disciplinas indicadas acima, mais a carga de orientação dos docentes lotados no Departamento, Substitutos, Visitantes e Colaboradores Voluntários. A carga total de orientação corresponde ao número de alunos de mestrado e doutorado, com trabalhos defendidos no período de apuração e orientados por docentes do departamento (incluindo Substitutos e Colaboradores Voluntários), multiplicado por 30 horas-aula; mais o número de alunos concluintes de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu multiplicado por 15 e 10 horas-aula, respectivamente. Coorientações devem ter a carga-horária dividida. O índice de carga didática média do Departamento será calculado como:*****

$$I_{dep} = \frac{CTD}{N_{doc}} \times (1 + F_{pi}) \times (1 + F_{ext}) \times F_{doc}$$

Onde:

CTD = Carga docente total do Departamento

N_{doc} = Número de docentes lotados (não inclui Substitutos e Colaboradores Voluntários)

F_{pi} = Fator de produção intelectual

F_{ext} = Fator de atividade de extensão

F_{doc} = Fator perda de docentes

O Fator de Produção Intelectual será apurado com base na pontuação estabelecida nos critérios de progressão de Professores Adjuntos do Centro de Tecnologia em vigor na data da avaliação da COTAV-POLI, para o item Produção Intelectual. A pontuação, tal como aplicada nas regras de progressão, com seus valores de saturação e valor total variando entre 0 e 60 pontos, deverá ser apurada para cada professor lotado em cada departamento. A pontuação do Departamento, então, será a média das pontuações individuais dos seus professores (efetivamente lotados no Departamento). O Fator de Produção Intelectual será obtido, então, conforme especificado na Tabela 1, em função da média de produção intelectual do Departamento. As informações prestadas pelos Departamentos serão homologadas pela COTAV-POLI. Tabela1: Fator Produção Intelectual:*****

F_{pi}	Pontuação média do Departamento	em Produção
Intelectual		
10%	pontos ≥ 40	
5%	$20 \leq \text{pontos} < 40$	
0%	pontos < 20	

O Fator de Atividades de Extensão será obtido de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2: Fator Extensão

F_{ext}	Percentual de Docentes participantes de
Ações de Extensão (P)	
5%	$80\% > \text{percentual} \geq 100\%$
4%	$60\% > \text{percentual} \geq 80\%$
3%	$40\% > \text{percentual} \geq 60\%$
2%	$20\% > \text{percentual} \geq 40\%$
1%	$0\% \geq \text{percentual} \geq 20\%$

O Fator de Perda de Docentes será obtido por:

$$F_{doc} = \frac{N_p}{N_f}$$

Onde:

N_p = número médio de docentes nos quatro semestres anteriores.

N_f = número médio de docentes nos próximos quatro semestres, subtraindo-se, em cada semestre, o número de docentes que completarão 70 anos nestes semestres

A primeira etapa do processo de definição de estabelecimento de prioridades consistirá na elaboração da lista de departamentos, em ordem decrescente do índice I_{dep} , de acordo com o Art. 11 da Resolução da Congregação No 01/2018. Na etapa final, a COTAV-POLI estabelecerá a lista definitiva de prioridades, considerando a ordenação da primeira etapa, outros indicadores de comparação de carga de trabalho, as especificidades de cada departamento e as demandas justificadas nos respectivos Planos Estratégicos. Os departamentos que solicitarem vagas docentes deverão encaminhar as informações no modelo das tabelas indicadas em anexo. ANEXO: Tabela de carga didática:*****

Nome do docente ¹					
disciplina	período	G/P ²	carga horária	número de alunos	participação (%) ³

¹ Uma tabela para cada docente lotado

² G/P: graduação ou pós-graduação

³ Participação individual do docente (casos de disciplinas com soma de participações de docentes maior do que 100% deverão ser justificados)

Tabela de orientação:***** de

Nome do docente ¹			
Nome do aluno	G/M/D ²	período da defesa	participação (%) ³

¹ Uma tabela para cada docente lotado

² G/M/D: graduação, mestrado ou doutorado

³ Participação individual do docente (em casos de orientação única, a participação é de 100%; em coorientação, o percentual depende do número de orientadores).

Em regime de votação a resolução foi aprovada por unanimidade. **Item 06. Concurso Magistério Docente.** Relatora: Prof^a. Cláudia do Rosário Vaz Morgado. Foi proposto e apoiado a inclusão extra pauta: Trata-se de aprovação de pedidos de vagas para aproveitamento dos candidatos classificados após a posse dos primeiros colocados, por vagas da Reserva Técnica do Reitor (RT) e/ou reaproveitamento de vagas de concursos realizados sem candidatos aprovados, conforme quadros abaixo: 6.2. Edital 2024 – Republicação *****

Departament o	Setorização	Código da Vaga/EDITAL 54	Candidato	Posição na COTA V 2023
DEI	Engenharia Econômica	MC-207	Republicação (Sem candidatos)	4
DEM	Engenharia Mecânica 4	MC-209	Republicação (Sem candidatos)	300

6.3. Edital 2024 – Reaproveitamento de vaga-Edital

377*****

Departament o	Setorização	Código da Vaga/ EDITAL 54	Candidato	Posição na COTA V 2023

DCC	Construção Civil	CP-002	Igor de Azevedo Fraga (2°) Matheus Pimentel Tinoco (3°) Walter Gabriel Mareiro (4°)*	Vaga Edital 377
-----	------------------	--------	--	-----------------

6.4. Pedido de vagas de Reserva

Técnica*****

Departamento	Setorização	Código da Vaga/EDITAL 54	Candidato	Posição na COTA V 2023
DEL	Circuitos e Instrumentação	MC-206	Gustavo Martins da Silva Nunes (2°)	285
DEE	Circuitos Elétricos e Sistemas Lineares	MC-204	*João Victor da Fonseca Pinto (2°) - <i>Empossado no DEL como 1º colocado</i> Nelson José Bonfim Dantas (3°) Mariana Brinat Altomar (4°)	110
DET	Projeto e Construção	MC-203	Walter Gabriel Mareiro (2°) *	299
DEI	Petróleo	MC-208	Maira da Costa de Oliveira Lima Santo (2°)	81

Em regime de votação, os pedidos de vagas foram aprovados por unanimidade. **Item 07. Pedidos de Colaborador Voluntário.** Relator: Prof. Lino Guimarães Marujo. **Interessado: Prof. Marcus Augustus Lessa.** Processo SEI nº 23079.022301/2018-13. Departamento de Engenharia Industrial (DEI). Período: 36 meses. Em regime de votação, após o relato, o pedido foi aprovado por unanimidade. **Item 08. Comissões de Avaliação de Progressão Docente.** Relatora: Profª. Cláudia do Rosário Vaz Morgado. **8.1. Interessado: Prof. Fábio da Costa Figueiredo.** Departamento de Engenharia Mecânica (DEM). Processo nº 23079.252305/2024-72. Progressão Classe Adjunto - nível II para nível III. Membros Efetivos: Prof. Daniel Alves Castello - Professor Titular (POLI/UFRJ), Prof. Flávio de Marco Filho - Professor Associado III (POLI/UFRJ) e Prof.ª Carolina Palma Naveira Cotta - Professora Associada II (COPPE/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. José Luís Lopes da Silveira - Professor Associado IV (POLI/UFRJ) e Prof. Max Suell Dutra - Professor Titular (COPPE/UFRJ). **8.2. Interessada: Prof.ª Graziella Maria Faquim Jannuzzi.** Departamento de Expressão Gráfica (DEG). Processo nº 23079.226541/2025-14. Progressão Classe Adjunto - nível III para nível IV. Membros Efetivos: Prof.ª Paula Farencena Viero - Professora Associada II (POLI/UFRJ). Prof. José Luís Menegotto - Professor Associado IV (POLI/UFRJ). Prof. André de Souza Avelar - Professor Associado IV (IGEO/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. Júlio César Boscher Torres - Professor Titular (POLI/UFRJ). Prof. Ian Schumann Marques Martins - Professor Associado IV (COPPE/UFRJ). **8.3. Interessada: Prof.ª Ana Beatriz de Carvalho Gonzaga e Silva.** Departamento de Estruturas (DES). Processo nº 23079.227855/2025-34. Progressão Classe Adjunto - nível III para nível IV. Membros Efetivos: Prof. Bruno Martins Jacovazzo - Professor Associado I (POLI/UFRJ). Prof. Ricardo Valeriano Alves - Professor Associado IV (POLI/UFRJ). Prof. Francisco Thiago Sacramento Aragão - Professor Associado III (COPPE/UFRJ). Membros Suplentes: Prof.ª Silvia Corbani - Professora Adjunta IV (POLI/UFRJ). Prof. Alexandre Landesmann - Professor Titular (FAU/UFRJ). **8.4. Interessado: Prof. Ison Paranhos Pasqualino.** Departamento de Engenharia Industrial (DEI). Processo nº 23079.264134/2024-24. Progressão Classe Associado - nível I para nível II. Membros Efetivos: Prof. Virgílio José Martins Ferreira Filho - Professor Titular (POLI/UFRJ); Prof. Paulo Emílio Valadão De Miranda - Professor Titular (COPPE/UFRJ); Prof. Murilo Augusto Vaz -

433 Professor Titular (COPPE/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. José Orlando Gomes - Professor
434 Titular (POLI/UFRJ) e Prof. Theodoro Antoun Netto - Professor Titular (COPPE/UFRJ). **8.5.**
435 **Interessado: Prof. Ilson Paranhos Pasqualino.** Departamento de Engenharia Industrial (DEI).
436 Processo nº 23079.264136/2024-13. Progressão Classe Associado - nível II para nível III.
437 Membros Efetivos: Prof. Virgílio José Martins Ferreira Filho - Professor Titular (POLI/UFRJ),
438 Prof. Paulo Emílio Valadão De Miranda - Professor Titular (COPPE/UFRJ) e Prof. Murilo Augusto
439 Vaz - Professor Titular (COPPE/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. José Orlando Gomes -
440 Professor Titular (POLI/UFRJ) e Prof. Theodoro Antoun Netto - Professor Titular (COPPE/UFRJ).
441 **8.6. Interessado: Prof. Ilson Paranhos Pasqualino.** Departamento de Engenharia Industrial
442 (DEI). Processo nº 23079.264138/2024-11. Progressão Classe Associado - nível III para nível IV.
443 Membros Efetivos: Prof. Virgílio José Martins Ferreira Filho - Professor Titular (POLI/UFRJ).
444 Prof. Paulo Emílio Valadão De Miranda - Professor Titular (COPPE/UFRJ). Prof. Murilo Augusto
445 Vaz - Professor Titular (COPPE/UFRJ), Membros Suplentes: Prof. José Orlando Gomes -
446 Professor Titular (POLI/UFRJ) e Prof. Theodoro Antoun Netto - Professor Titular (COPPE/UFRJ).
447 **8.7. Interessado: Prof. José de Jesús Rivero Oliva.** Departamento de Engenharia Nuclear (DNC).
448 Processo nº 23079.223267/2025-21. Progressão Classe Associado - nível III para nível IV.
449 Membros Efetivos: Prof. Ademir Xavier da Silva - Professor Titular (POLI/UFRJ); Prof. Albino
450 José Kalab Leiroz - Professor Titular (COPPE/UFRJ) e Prof. Antônio Carlos Fontes dos Santos -
451 Professor Titular (IF/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. Marcelo José Colaço - Professor Titular
452 (POLI/UFRJ) e Prof. Paulo Fernando Ferreira Frutuoso e Melo - Professor Titular (COPPE/UFRJ).
453 **8.8. Interessada: Prof.^a Flavia Moll de Souza.** Departamento de Estruturas (DES). Processo nº
454 23079.227465/2025-64. Progressão Classe Associado - nível III para nível IV. Membros Efetivos:
455 Prof.^a Michèle Schubert Pfeil - Professora Titular (POLI/ UFRJ); Prof. Alexandre Landesmann -
456 Professor Titular (FAU/ UFRJ) e Prof. José Antônio Fontes Santiago - Professor Titular (COPPE/
457 UFRJ). Membros Suplentes: Prof. Sérgio Hampshire de Carvalho Santos - Professor Titular (POLI/
458 UFRJ) e Prof. Fernando Artur Brasil Danziger - Professor Titular (COPPE/ UFRJ). **8.9.**
459 **Interessado: Prof. Dilson Silva dos Santos.** Departamento de Engenharia Metalúrgica e de
460 Materiais (DMM). Processo nº 23079.210586/2024-96. Progressão Classe Associado - nível III
461 para nível IV. Membros Efetivos: Prof. Luis Marcelo Marques Tavares - Prof. Titular
462 (POLI/UFRJ); Prof. Marcos Lopes Dias - Prof. Titular (IMA/UFRJ) e Prof. Claudio Cesar Lenz -
463 Prof. Titular (IF/UFRJ). Membros Suplentes: Prof. Hécio Rangel Barreto Orlande - Prof. Titular
464 (POLI/UFRJ) e Prof. Achilles Junqueira Bourdot Dutra - Prof. Titular (COPPE/UFRJ). Em regime
465 de votação as comissões foram aprovadas por unanimidade. **Item 09. Resultado de Relatório de**
466 **Avaliação para Progressão Docente. 9.1. Interessado: Prof. Ismael Vendrame Flores.**
467 Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais (DMM). Processo nº
468 23079.210894/2025-01. Progressão Classe Adjunto - nível I para nível II. Parecer: favorável.
469 Pontuação: 180,00. Relator: Prof. Marcelo Borges Mansur. **9.2. Interessado: Prof. Ricardo**
470 **Ferreira de Mello.** Departamento de Engenharia Industrial (DEI). Processo nº
471 23079.214921/2025-14. Progressão Classe Adjunto - nível II para nível III. Parecer: favorável.
472 Pontuação: 186,56. Relator: Prof. Lino Guimarães Marujo. **9.3. Interessado: Prof. Ricardo**
473 **Ferreira de Mello.** Departamento de Engenharia Industrial (DEI). Processo nº
474 23079.214982/2025-73. Progressão Classe Adjunto - nível III para nível IV. Parecer: favorável.
475 Pontuação: 191,75. Relator: Prof. Lino Guimarães Marujo. **9.4. Interessado: Prof. Jean David**
476 **Job Emmanuel Marie Caprace.** Departamento de Engenharia Naval e Oceânica (DENO).
477 Processo nº 23079.220492/2025-14. Promoção à classe Associado I. Parecer: favorável.
478 Pontuação: 190,73. Relator: Prof. Marcelo Igor Lourenço de Souza. **9.5. Interessado: Prof. José**
479 **Márcio do Amaral Vasconcellos.** Departamento de Engenharia Naval e Oceânica (DENO).
480 Processo nº 23079.253096/2024-84. Progressão Classe Associado – nível III para nível IV.
481 Parecer: favorável. Pontuação: 184,00. Relator: Prof. Marcelo Igor Lourenço de Souza. **9.6.**
482 **Interessado: Prof. Thiago Gamboa Ritto.** Departamento de Engenharia Mecânica (DEM).
483 Processo nº 23079.208538/2025-19. Progressão Classe Associado – nível III para nível IV.
484 Parecer: favorável. Pontuação: 184,25. Relator: Prof. Gustavo Cesar Rachid Bodstein. **9.7.**
485 **Interessado: Prof. Flávio de Marco Filho.** Departamento de Engenharia Mecânica (DEM).
486 Processo nº 23079.211177/2024-15. Progressão Classe Associado – nível III para nível IV.

Parecer: favorável. Pontuação: 163,00. Relator: Prof. Gustavo Cesar Rachid Bodstein. Em regime de votação, após os relatos, os relatórios foram aprovados por unanimidade. **Item 10. Diretoria Adjunta de Relações Internacionais (DARI).** Relator: Rogério Santos do Nascimento. Acordo de Intercâmbio de Estudantes junto à RUDN University (People's Friendship University of Russia). Trata-se solicitação para tramitação e assinatura de Acordo de Intercâmbio de Estudantes junto à RUDN University (People's Friendship University of Russia), para fortalecimento dos laços acadêmicos entre as duas universidades, por meio de ações concretas que visam a formação de estudantes, em um contexto de cooperação entre instituições de ensino no bloco BRICS+. Já existe um protocolo de intenções assinado entre as duas instituições (processo SEI 23079.241997/2022-61), cuja vigência é de 13/10/2022 a 13/10/2027, documento este que respalda a criação deste acordo. O documento desta proposta de Acordo Específico de Intercâmbio de Estudantes foi elaborado em português e inglês seguindo estritamente o modelo disponível no site da SGRI-UFRJ (<https://internacional.ufrj.br/downloads-acordos/>). A intenção é que a assinatura do acordo durante o evento do Fórum dos Reitores BRICS+, evento internacional este que terá a UFRJ como instituição anfitriã e que ocorrerá em 5-7 junho de 2025, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença dos líderes máximos de diversas instituições de ensino no exterior. Em regime de votação, o acordo foi aprovado por unanimidade. **Item 11. Diretoria Adjunta de Pós-Graduação (DAPG).** Relatora: Profª Cristina Aparecida Gomes Nassar. **Oferta de Turmas: 11.1. Curso de Especialização em Planejamento, Gestão e Controle de Obras Civis.** 360 horas. Turma: 30. Período: 07/06/2025 a 21/11/2026. Proc. nº 23079.262884/2024-61. Local de Realização: Fundão/RJ Coordenação: Eduardo Linhares Qualharini. **11.2. Curso de Especialização em Engenharia de Petróleo e Energias Renováveis Offshore.** 400 horas. Turma: 04. Período: 02/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.217195/2025-83. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Marcio do Amaral Vasconcellos. **11.3. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 01. Período: 02/06/2025 a 20/02/2026. Proc. nº 23079.226000/2025-96. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. **11.4. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 02. Período: 09/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.226585/2025-44. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. Em regime de votação, os pedidos de cursos foram aprovados por unanimidade. **Item 11. Diretoria Adjunta de Pós-Graduação (DAPG).** Relatora: Profª Cristina Aparecida Gomes Nassar. **Oferta de Turmas: 11.1. Curso de Especialização em Planejamento, Gestão e Controle de Obras Civis.** 360 horas. Turma: 30. Período: 07/06/2025 a 21/11/2026. Proc. nº 23079.262884/2024-61. Local de Realização: Fundão/RJ Coordenação: Eduardo Linhares Qualharini. **11.2. Curso de Especialização em Engenharia de Petróleo e Energias Renováveis Offshore.** 400 horas. Turma: 04. Período: 02/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.217195/2025-83. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Marcio do Amaral Vasconcellos. **11.3. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 01. Período: 02/06/2025 a 20/02/2026. Proc. nº 23079.226000/2025-96. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. **11.4. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 02. Período: 09/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.226585/2025-44. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. Em regime de votação, os pedidos de cursos foram aprovados por unanimidade. **Item 11. Diretoria Adjunta de Pós-Graduação (DAPG).** Relatora: Profª Cristina Aparecida Gomes Nassar. **Oferta de Turmas: 11.1. Curso de Especialização em Planejamento, Gestão e Controle de Obras Civis.** 360 horas. Turma: 30. Período: 07/06/2025 a 21/11/2026. Proc. nº 23079.262884/2024-61. Local de Realização: Fundão/RJ Coordenação: Eduardo Linhares Qualharini. **11.2. Curso de Especialização em Engenharia de Petróleo e Energias Renováveis Offshore.** 400 horas. Turma: 04. Período: 02/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.217195/2025-83. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Marcio do Amaral Vasconcellos. **11.3. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 01. Período: 02/06/2025 a 20/02/2026. Proc. nº 23079.226000/2025-96. Local de Realização: Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. **11.4. Curso de Especialização em Engenharia de Manutenção.** 400 horas. Turma: 02. Período: 09/06/2025 a 26/09/2026. Proc. nº 23079.226585/2025-44. Local de Realização:

Remoto. Coordenação: José Márcio do Amaral Vasconcellos. Em regime de votação, os pedidos de cursos foram aprovados por unanimidade. **Item 12. Diretoria Adjunta de Planejamento, Finanças e Sistemas (DAPLAN).** Relator: Victor Paulo Peçanha Esteves. **12.1. Termo de Cooperação.** Processo SEI: 23079.217321/2025-08. Título do Projeto: PROJETOS PD&I e INFRA para AVALIAÇÃO EM MODELO FÍSICO E NUMÉRICO DO ARMAZENAMENTO DE CO2 EM CAVIDADES NO EVAPORITO DA BACIA DE CAMPOS - ESTRATÉGIAS E OTIMIZAÇÃO DE VOLUME. Instituições parceiras: Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ - Petronas Lubricants International. Departamento da POLITÉCNICA: Departamento de Construção Civil-DCC. Fundação de Apoio: COPPETEC. Coordenador: Prof^a. Maria do Carmo Reis Cavalcanti. Valor do Convênio: R\$ 5.413.941,47 (cinco milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos). Duração: 36 (trinta e seis) meses. **12.2. Acordo de Parceria.** Processo SEI: 23079.253261/2024-06. Título do Projeto: Alagamentos e inundações em áreas urbanas. Modelagem, mapeamento, planejamento e gestão sustentável em áreas calabresas selecionadas Instituições parceiras: Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento da POLITÉCNICA: Departamento de Engenharia de Transportes-DET. Fundação de Apoio: Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). Coordenador: Prof. Marcelo Gomes Miguez. Valor: € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros). Duração: 14 meses (quatorze meses). **12.3. Protocolo de Intenções.** Processo SEI: 223079.227977/2025-21. Título: Protocolo de Intenções entre a UFRJ e a Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos. Instituição parceira: Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos. Departamento da POLITÉCNICA: Departamento de Engenharia de Transportes-DET. Fundação de Apoio: Não necessária. Coordenador: Prof. Giovani Manso Avila. Valor: sem valor. Duração: 60 meses (sessenta meses). **12.4. Prestação de Serviço.** Processo SEI: 23079.229637/2025-34. Título do Serviço: Parecer técnico sobre compatibilidade entre patentes de fabricante de telefonia móvel e especificações 3GPP sobre CSFB, SR e colisão em modo HARQ. Empresa/Instituição contratante: Licks Advogados. Departamento da POLITÉCNICA: Departamento de Engenharia Eletrônica e de Computação-DEL. Fundação de Apoio: COPPETEC. Coordenador: Prof. Miguel Elias Mitre Campista. Valor do Serviço: R\$ 91.866,15 (noventa e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quinze centavo). Duração: 4 (quatro) meses. **12.5. Prestação de Serviço.** Processo SEI: 23079.229706/2025-18. Título do Serviço: SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE LAUDO TÉCNICO SOBRE O USO DE DEPRECIACÃO BASEADA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO. Empresa/Instituição contratante: Petrogal Brasil S.A. Departamento da POLITÉCNICA: Departamento de Engenharia Industrial-DEI. Fundação de Apoio: COPPETEC. Coordenador: Prof. Roberto Ivo da Rocha Lima Filho. Valor do Serviço: R\$ 846.714,47 (oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos). Duração: 4 (quatro) meses. Em regime de votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade. **Item 13. Diretoria Adjunta de Ensino de Graduação (DAEG).** Relator: Prof. Mauro Henrique Alves de Lima Junior. **13.1. Revalidação de Diploma.** Interessado: **Mohammad Mobasheramini.** Curso de Engenharia Naval e Oceânica. Processo n° 23079.001409/2019-53. Parecer: favorável. Dada a palavra ao relator, após a leitura do parecer, que em síntese informou que o interessado solicita o reconhecimento de diploma de graduação em Engenharia Naval e Oceânica, tendo obtido título de bacharel em Engenharia Naval *pela Amirkabir University of Technology*, em fevereiro de 2006. A documentação foi apresentada pelo interessado, tendo vista a análise técnica visando a equivalência dos cursos de Engenharia Naval. No Brasil e na Universidade do Irã, foi verificada e abrangeu o diploma de graduação, as ementas das disciplinas do curso de graduação, estrutura do curso de graduação e ementas, estrutura do curso de mestrado, também cursado na *Amirkabir University of Technology* do Irã. Também foi analisado o mestrado de Engenharia Oceânica obtido na própria UFRJ e das disciplinas avulsas cursadas posteriormente ao mestrado na UFRJ. Assim, tendo em vista o que preconiza a resolução CEG UFRJ n° 84, de 07 de julho de 2022, em que a equivalência do currículo requerente com o curso da UFRJ deve ser considerada no sentido amplo, verifica-se que esse curso equivale ao curso de Engenharia da UFRJ quanto ao nível, o parecer é favorável ao pedido de revalidação do diploma solicitado por Mohammed Mubasher Amin. **13.2. Alteração da Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE.** **13.2.1. Interessado: Departamento de Engenharia Industrial – DEI.**

Parecer: Favorável por Unanimidade. Justificativa: O DEI aprova em colegiado, por unanimidade, a recomposição do Núcleo Docente Estruturante – NDE da Engenharia de Produção: Prof. Leonardo Luiz Lima Navarro (Presidente); Prof. Adriano Proença; Prof. George Victor Brigagão; Prof.^a Klitia Valeska Bicalho de Sá; Prof. Lino Guimarães Marujo; Prof.^a Maria Alice Ferruccio da Rocha; Prof. Renato Flórido Cameira e Prof. Ricardo Ferreira de Mello. **13.2.2. Interessado: Departamento de Engenharia Naval e Oceânica – DENO.** Parecer: Favorável por unanimidade. Justificativa: O DENO aprova em colegiado, por unanimidade, a recomposição do Núcleo Docente Estruturante – NDE da Engenharia de Naval e Oceânica: Prof. Carl Horst Albrecht (Presidente); Prof. Ulisses Admar Barbosa Vicente Monteiro; Prof. Luiz Felipe Assis; Prof. Alexandre Teixeira de Pinho Alho; Prof. Jean-David Job Emmanuel Marie Caprace e Prof. Marcelo Igor Lourenço de Souza. **13.3. Revisão de Prova.** (reapreciação). **Interessada: Marcella Klescoski Sznaider.** Registro: 19795142755. Curso Engenharia de Produção. Processo SEI: 23079.217597/2025-88. Parecer: Favorável ao parecer da banca independente. Justificativa: A análise das questões da prova de recuperação da disciplina EEI744-Pesquisa Operacional II foi realizada de forma minuciosa, apresentando gabarito das questões e comentários sobre a resolução apresentada pela discente. A composição da banca atende aos requisitos preconizados pela resolução CEG nº 04/1996. Conselheiro Matheus (CAEng), fez a leitura do seguinte parecer, em síntese “Pedido de vistas - Processo nº 23079.217597/2025-88. 1) A estudante Marcella Klescoski Sznaider (Engenharia de Produção / Escola Politécnica) DRE: 19795142755, solicitou uma constituição de nova banca examinadora, para a revisão de uma avaliação referente a disciplina de Pesquisa Operacional II, cursada em 2024.2 sem aproveitamento. 2) A Comissão de Ensino se colocou favorável ao parecer da 1ª banca examinadora, alegando não ter ocorrido qualquer inconsistência na resolução do CEG 04/1996, que dispõe acerca da revisão de correção da prova escrita. 3) Durante o processo, houve diversas situações, delongas e ocorrências que são essenciais para a compreensão do pedido, elenco a seguir estes elementos: i. A discente solicitou a banca de revisão para a disciplina obrigatória de Pesquisa Operacional II, referente à 2ª avaliação da disciplina (P2) e da Prova Final (PF), onde a mesma, após a revisão, não teve aproveitamento por dois semestres seguidos, apesar de nunca ter tido uma reprovação em seu histórico acadêmico durante 9 períodos. No período de 24.1 a disciplina remodelou o seu sistema de avaliação, passando a aplicar 2 Provas mais a Prova Final para quem não estivesse acima da média após as duas primeiras avaliações. Tal método de avaliação causou um aumento nas reprovações, onde em 24.2, aproximadamente 50% da turma não teve aproveitamento, e de todos os 11 alunos que realizaram a Prova Final, nenhum conseguiu recuperar a nota. Sobre as avaliações da disciplina, as mesmas cobram conteúdos referentes à Ementa da disciplina optativa Pesquisa Operacional III, algo que não é permitido e que dificulta desmedidamente a realização da avaliação. Ainda assim, o problema também transcorre acerca da correção, onde a maior parte da turma julgou estar desmedidamente intransigente. ii. Ao solicitar a formação da banca de revisão, a discente se deparou com negativas e posturas aborrecidas por parte do Professor da disciplina, George Brigagão, e também houve dificuldades para fazer a solicitação ao Departamento, onde inclusive um grupo de 5 alunos tentaram agendar desde Janeiro uma reunião com o Chefe de Departamento do DEI, a fim de tratar acerca de preocupações sobre a condução da disciplina, mas até hoje não foram respondidos ou atendidos, mesmo após inúmeras tentativas. A banca formada é composta por 3 Professores cuja composição fragiliza o princípio de isenção, visto que os mesmos estiveram envolvidos diretamente na abertura do processo, sendo estes o Coordenador do Curso, Professor Leonardo Navarro, o Chefe do Departamento, Professor Lino Marujo e o Professor da Disciplina, George Brigagão. A banca seguiu os mesmos critérios e gabaritos que o Professor, assim, não houve nenhuma ponderação acerca dos métodos e parâmetros para a correção, acarretando uma manutenção completa da vista inicial, não havendo nenhuma alteração e mantendo a situação de reprovação por 0,2 (dois décimos). iii. Sintetizando, neste processo temos problemas com a Ementa aplicada na disciplina que diverge com a Ementa Curricular, e inclusive exige que se conheça conteúdo da ementa de uma outra disciplina (Pesquisa Operacional III). Além disso, a composição da banca gera fragilidade acerca da isenção dos componentes envolvidos, que estiveram diretamente relacionados com a abertura do processo e demonstraram verbalmente e através de demoras e atrasos o descontentamento com a solicitação do processo, tanto da aluna

quanto de outros estudantes interessados em uma nova revisão. Considerando os fatos acima descritos, os documentos comprobatórios corretamente anexados no processo, o pleito da discente e demais discentes que cursaram conjuntamente a disciplina com e sem aproveitamento da mesma. Sou de Parecer DESFAVORÁVEL ao Parecer da Comissão de Ensino. Propondo a conformação de uma nova banca independente de revisão que seja composta através de decisão do DEI e garantindo que os componentes não sejam diretamente relacionados ao processo da abertura deste recurso. Matheus Monteiro Nascimento DRE: 123330302 CPF: 18514328760”. A presidente abriu as inscrições para manifestações dos conselheiros: Prof. Lino, “Então, é interessada a Marcella Klescoski Sznaider, curso de engenharia de produção, processo CEI 23079.217597/2025-88. A comissão de ensino analisou a revisão da prova, e a análise das questões da prova de recuperação da disciplina EEI744-Pesquisa Operacional II foi realizada de forma minuciosa, apresentando o gabarito das questões e comentários sobre a resolução apresentada pela discente. A composição da banca atende os requisitos preconizados pela resolução CEG nº 04/1996. Então, o parecer foi favorável à banca independente.” Em seguida o conselheiro Matheus está solicitando à congregação que a aluna possa se manifestar, sendo proposto pela presidente e apoiado por unanimidade. Franqueada a palavra à aluna Marcella Klescoski Sznaider: “Prezados professores, boa tarde! Inicialmente, gostaria de agradecer pela atenção, pela disponibilidade de me receber e pela oportunidade de me manifestar. Eu me chamo Marcella Klescoski Sznaider, eu sou aluna do nono período do curso de Engenharia de Produção, e eu venho apresentar as razões pelas quais solicitei a reapreciação, em segunda instância, da minha reprovação na disciplina de Pesquisa Operacional II, cursada no semestre de 2024.2. Não é com satisfação que me vejo na posição de trazer essa situação a este nível de instância. Pelo contrário, trago essa situação à apreciação da comissão porque entendo ser essencial assegurar o respeito aos direitos que me cabem enquanto discente. Ressalto que não movo esse recurso por mero inconformismo diante de uma reprovação. Em 2024.1, fui reprovada pela primeira vez em minha história acadêmica e, naquela ocasião, aceitei o resultado sem apresentar qualquer contestação. O que me traz aqui hoje é o princípio da justiça. Fui reprovada pela segunda vez na disciplina do semestre de 2024.2 e, diante do resultado, e por não ter concordado com a postura adotada pelo professor responsável, tanto em relação ao conteúdo cobrado quanto à forma como as provas foram corrigidas, que considere extremamente rigorosa em certos pontos arbitrária, solicitei ao Departamento de Engenharia Industrial a formação de uma nova banca independente para reavaliar minhas provas. Somente após muita insistência e um longo período a banca foi constituída, composta pelo coordenador do pelos chefes de departamento e pelo próprio professor da disciplina, o que, por si só, já fragiliza o princípio da isenção. Não posso deixar de compartilhar com toda honestidade o sentimento que me acompanhou ao longo desse processo. Quando me vi diante de uma banca composta por autoridades institucionais, coordenador do curso, chefes de departamento e o próprio professor da disciplina, percebi que, embora tenha achado a composição parcial desde o início, hesitei em expressar isso de forma mais enfática. E hesitei porque, como aluna, estou na ponta mais frágil dessa estrutura. E há uma simetria evidente, professores ocupando cargos de liderança e, do outro lado, uma única aluna tentando questionar um sistema que, por mais legítimo que pareça do ponto de vista formal, falhou em me ouvir de forma justa, isenta e equilibrada. Ainda que a intenção não tenha sido essa, foi assim que me senti. Um ponto que considero especialmente relevante é que, tanto no semestre de 2024.1 quanto no semestre de 2024.2, o professor cobrou nas avaliações de PO II conteúdo correspondentes à disciplina optativa de PO III. Essa prática pode ser comprovada pela comparação entre os conteúdos programáticos oficiais disponíveis no SIGA e os próprios materiais disponibilizados pelo professor na plataforma *Google Classroom*. Acho importante salientar, inclusive, que desde janeiro, eu e um grupo de outros quatro alunos da disciplina tentamos agendar uma reunião com os chefes de departamento com o objetivo de apresentar nossas preocupações sobre a condução da disciplina. E, no entanto, apesar de inúmeras tentativas, não obtivemos resposta. Mais do que questionar a composição da banca, gostaria de destacar que o objetivo da reapreciação não foi atendido. Isso porque, conforme foi compartilhado comigo, a banca seguiu de forma integral o gabarito e os critérios de correção elaborados pelo próprio professor. Ou seja, não houve qualquer ponderação sobre o grau de rigidez aplicado, o que foi justamente o que motivou a minha solicitação. Se a intenção era revisar os critérios que me pareceram

excessivamente rigorosos e, por vezes, desproporcionais, não faz sentido que a banca os adote por completo, sem qualquer revisão crítica. Por isso, não me sinto contemplada por esse parecer e entendo que a análise feita não corresponde a uma apreciação real do meu desempenho. E, nesse sentido, gostaria de antecipar um ponto que possivelmente será levantado, uma vez que foi trazido a mim em conversa recente com o chefe de departamento. Na última segunda-feira, ele me questionou por que eu só teria manifestado oposição à composição da banca após o parecer negativo. De fato, até aquele momento, não havia elementos formais que justificassem um questionamento. A banca, ainda que composta de modo que me causava desconforto, seguiu os parâmetros da resolução vigente. Contudo, foi apenas após a divulgação do parecer que se limitou a reproduzir integralmente os critérios do professor da disciplina que ficou evidente, a meu ver, a ausência de isenção na condução da análise. Assim, reafirmo que a crítica à composição da banca surgiu não como reação ao resultado, mas como a constatação da inexistência de uma revisão efetiva, justa e imparcial. Tanto na segunda prova quanto na prova final, os critérios adotados me parecem desmedidos. Na avaliação final, em especial, foram cobrados conteúdos que não haviam sido abordados em sala de aula ou em lista de exercícios e teve um nível de dificuldade consideravelmente maior do que as duas outras provas anteriores, bem superior também ao da prova final aplicada no período anterior da prova de 2024.1. Não me parece coincidência o fato de que 100% dos alunos que dependiam de nota para passar na prova final tenham sido reprovados diante do nível de dificuldade imposto, somada a revogação em cima da hora da possibilidade de consulta, previamente autorizada em todas as provas anteriores e revogada com menos de 48 horas de antecedência, bem como a cobrança de conteúdos nunca discutidos e ainda a correção extremamente rigorosa, uma vez que desconsiderou acertos parciais relevantes. Fui reprovada por apenas dois décimos, mesmo tendo obtido a maior nota da prova final, que foi 4,0, em um cenário em que a maioria das notas ficou abaixo de 1. Ressalto que 100% dos alunos que dependiam da prova para aprovação foram reprovados, o que considera um indicativo da desproporcionalidade do nível de exigência adotado na avaliação. Para fins de apreciação, trouxe o documento preparado e divulgado pelo próprio professor, contendo o consolidado das notas finais do curso. Entendo não ser coerente que uma avaliação final, cujo objetivo é proporcionar a recuperação, tenha sido aplicada com um grau de dificuldade superior e critérios de correção ainda mais inflexíveis. Além disso, gostaria de destacar um fato pessoal que ilustra o quanto me esforcei e comprometi com essa disciplina. No dia 10 de dezembro de 2024, fui presencialmente até a universidade realizar vistas de prova final com o professor, vistas de prova final não, vistas da P2 com o professor, enquanto minha mãe era submetida a uma cirurgia invasiva para retirada de um câncer no intestino. Eu não trago essa informação como apelo emocional, mas como evidência concreta do nível de responsabilidade e comprometimento que sempre tive com a minha vida acadêmica, mesmo diante de circunstâncias pessoais extremamente delicadas. Também é importante pontuar que já fui aluna dos dois outros professores que compuseram a banca, tanto do atual coordenador do curso, quanto do atual chefe de departamento. Ambos, ao longo das suas disciplinas, sempre demonstraram uma postura compreensiva, didática e aberta ao diálogo com os alunos. São professores cuja prática pedagógica é marcada por empatia, flexibilidade e incentivo ao aprendizado. Suas turmas, historicamente, apresentam médias elevadas e índices de reprovação bastante baixos, o que reforça a percepção de que adotam uma conduta que busca, efetivamente, o sucesso discente. Por isso, causou-me ainda mais estranhamento ver que, mesmo com esses antecedentes, a atuação da banca tenha se restringido à confirmação dos critérios rígidos, sem ponderação crítica. Não posso deixar de mencionar a minha frustração, uma vez que a reprovação em Pesquisa Operacional II atrasa minha previsão de formatura em um ano e meio, por prender outra disciplina que também prende outra, em um verdadeiro efeito cascata. Meu histórico enquanto aluna não é por reclamações ou conflitos com docentes, sempre assumi com responsabilidade as consequências do meu desempenho, mesmo quando insuficiente. No entanto, sigo convicta de que as notas atribuídas a mim nesta disciplina não condizem com o esforço que dediquei, nem com a performance que efetivamente apresentei. Desta forma, por seguir acreditando que minhas notas não refletiram meu real desempenho nas provas, venho, respeitosamente, no meu direito discente, solicitar a constituição de uma nova banca examinadora em grau de segunda instância, composta por professores isentos que não tenham participado da aplicação da disciplina e que tenham

familiaridade com os conteúdos tratados, seja por lecionar em disciplinas correlatas, seja por possuírem capacitação técnica para revisar os conteúdos adotados na correção. Não desejo deslegitimar ninguém, mas acredito com sinceridade que o processo de reapreciação anterior não atendeu os princípios da imparcialidade, nem ao objetivo de revisar os critérios atribuídos e, por conseguinte, garantir uma avaliação mais justa. Agradeço novamente pela disputa e pela oportunidade de apresentar este relato. Coloco minha disposição para prestar quaisquer esclarecimentos e que essa comissão possa julgar pertinente.” A seguir solicitou a palavra a Profa. Paula: “Bom, inicialmente, Marcella, né? Eu gostaria de parabenizar pela iniciativa, porque eu tenho acompanhado de perto, já tem um tempo, essa situação de forma, de maneira informal. Meu filho é aluno da engenharia de deve ter sido teu colega no período passado e no outro período também. E eu queria, sim, te parabenizar pela iniciativa, porque eu acho que, realmente, alguma coisa precisa ser feita, porque eu escuto lá dos discentes, eu tenho um discente desse em casa, e é um ponto fora da curva dentro da engenharia de produção. É o relato que eu tenho escutado dos alunos e o meu filho. Então, assim, eu acho que essa crítica dos alunos precisa ser ouvida e precisa ser visto de fato o que está acontecendo. Em termos de desempenho acadêmico, ele não tem um CR maravilhoso, ele não tem reprovações como ela tem, porque ele está trabalhando, é um outro perfil de aluno, mas eu estou vendo agora um exemplo de aluna que está fazendo a mesma reclamação que o meu filho está fazendo, então, acho que ela tem que ser ouvida e isso tem que ser levado em consideração sim. Nova intervenção do Prof. Lino: “Enquanto chefe do departamento, eu acolhi sempre a Marcella aqui, enquanto ela bateu lá na minha porta. Então, assim, se não há diálogo e tal, eu desconheço. Ela entrou com um e-mail para mim pedindo a revisão, né, de prova, no dia 18 de dezembro do ano passado. E aí eu contatei o professor, e esse negócio entrou janeiro adentro, porque a pessoa também estava de férias, e eu não tenho gerência nas férias do professor, eu tenho que esperá-lo voltar de férias para fazer isso. Então, isso aí levou um tempo, para acontecer. Depois, eu recebi dois pedidos formais de recurso ou revisão, que ela fala de vários alunos e, eu recebi depois uns e-mails pedindo reunião. O primeiro a anunciar um pedido documentado foi a Lea Tarsila. Eu promovi a confecção da banca com que estava à minha mão, ali para ser o negócio mais rápido possível, porque a gente já estava começando um outro período de inscrições, de disciplinas. E aí tem um ponto, um detalhe bastante interessante que ela coloca no texto que ela leu e que me chamou a atenção. Em momento nenhum ela pediu revisão dos critérios, ou dos pesos, ou criticidade da correção. Pediu revisão da prova, da nota, de como aquelas coisas aconteceram. Não tem problema nenhum, a gente pode pedir, repedir, isso aí acontece. E em momento nenhum também eu deixei de informá-la sobre os passos. Inclusive, compartilhei com ela a ata do departamento onde foi aprovada a banca. Então, uma banca que foi aprovada no departamento por professores que são notadamente da área, como o professor Virgílio Ferreira Filho, que é professor titular da área de Pesquisa Operacional. E ela não colocou óbice naquele momento a respeito da banca. E aí, segunda-feira, eu perguntei para ela, “se a nota fosse o contrário, você questionaria a banca”. Ela falou para mim, não. Segunda-feira, passada. Então, era isso que eu tinha para mostrar, porque o processo foi todo feito de acordo com as normativas. Se há um problema dos alunos, até perguntei isso ao professor, como é que estava essa estatística de reprovação. Ele me fez aqui uma estatística, eu não vou recobrar agora, não é nada alarmante pela história do que eu tenho. Mas é uma coisa que eu tenho sempre comentado com ele e com outros professores, na conduta, principalmente, de entender como estão as frequências das aulas. Tem questionamentos e questionamentos, parece que a gente herdou algo aí da pandemia, nesse sentido, e que não tem sido um tanto quanto positivo para ambos os lados.” Franqueada a palavra para o Prof. Leonardo: “Só algumas observações adicionais. Acho importante essa questão que ela está colocando, acho importante, pontuar, essa questão que ela está colocando a respeito do conteúdo. Eu li rapidamente, mas, aparentemente, questionando o conteúdo da prova final, enfim, acho pertinente mostrar que a ementa da disciplina de Pesquisa Operacional II tem modelagem em gráficos, problema em gráficos de pesquisa operacional, modelos e algoritmos de programação dinâmica, modelos de filas de espera e modelos de estoque. A prova final teve três questões, uma era em gráficos, uma era em gestão de estoques e outra era em modelos de programação dinâmica. Então, assim, para mim, na minha avaliação naquele momento, a prova final estava perfeitamente dentro do escopo da disciplina, não vi nenhum problema em relação a isso. A Marcella começa o

pedido de vista mencionando que não teve reprovações anteriores, e, olhando o seu BOA, você já tinha sido reprovada em sistemas projetivos, acho que tem que pontuar isso também. Não é a sua primeira reprovação, como você alega. E é isso, Marcella. Acho que a composição da banca em relação à capacidade técnica que você questiona, eu sou engenheiro de produção, formado aqui, sou Mestre engenheiro de produção, sou Doutor engenheiro formado aqui e eu leciono uma disciplina que é planejamento e Controle da Produção II, cujo pré-requisito é planejamento e Controle da Produção II, pré-requisito é Pesquisa Operacional II. Então, se eu não tenho competência para avaliar essa banca, eu não sei quem mais vai ter. Então, para avaliar esse pedido de revisão, eu não sei quem mais vai ter. Eram só esses pontos que eu gostaria de pontuar”. Novamente se manifestou o Prof. Lino: “Só uma informação que eu achei, dos 33 alunos inscritos, os 07 reprovaram por falta, porque faltaram as avaliações, e a média geral foi de 07 alunos aqui, as notas individuais. Então, ele tem os 33 alunos, 05 foram reprovados na disciplina dos 33. Então, não é assim uma reprovação gigantesca de todos os contingentes. Acontece. A aluna solicitou a palavra novamente, mas foi esclarecida pela Presidente que não poderia falar de novamente porque não é conselheira, “Eu tenho que seguir o rito, desculpe. Quem pode falar para você são os representantes discentes. Então, se não tem mais ninguém, eu volto a palavra para o Matheus, e depois para o professor Mauro, e aí a gente entra em regime de votação”. Reconduzida a palavra ao conselheiro Matheus “Bom, gente, dando mais uma questão de opinião, um julgamento sobre o que parecia, primeiro respondendo aqui algumas questões. A aluna, ela está no 9º período, nunca reprovou nenhuma disciplina, por média, a disciplina do Sistema Projetivo não conseguiu trancar a disciplina, e ela não participou de nenhuma aula, nem realizou nenhuma disciplina. E aí, a reprovação por frequência na disciplina de Pesquisa Operacional 2, ela se reflete pela evasão dos alunos da disciplina. Então, você faz uma P1, que inclusive é a prova que cobra diversos conteúdos que não estão na emenda da disciplina, que estão na emenda de PO3, como eu coloquei no *print*, e justamente você tira um, tira dois, e evade a disciplina por não achar que vai conseguir. E aí, na prática, você falta as outras avaliações, então não é justo a gente colocar que uma reprovação por faltar as provas posteriores é só um despreparo da aluna é só uma não vontade do aluno, é evasão da disciplina porque ele viu que tirou uma nota muito baixa na P1 e não ia ter como recuperar. Mas aí, eu acho importante a gente colocar que a questão da revisão da banca, não é acerca da competência dos professores que estão compondo a banca. Inclusive, tem o professor da disciplina, tem o professor Lino também, que inclusive é doutor em Pesquisa Operacional, tem doutorado, e a questão da revisão da banca é acerca dos componentes da banca estarem diretamente ligados com o processo e que houve pessoas desligadas dessa morosidade que aconteceu no processo. Tanto que a primeira solicitação que a aluna fez para que fosse aberto o processo de uma banca avaliadora, o chefe de departamento, no e-mail tentou, encaminhou a aluna para falar com o coordenador de curso. E aí, o coordenador de curso jogou de volta para o chefe de departamento e ficou um bate-bola breve, e que depois ela enviou o e-mail conjunto para todo mundo e conseguiu fazer essa solicitação. Mas que, na prática, é uma solicitação de uma revisão de banca com professores que não estejam diretamente ligados com a abertura do processo. Então, que não participaram dessa formação da abertura do processo da banca avaliadora, que são pessoas que não estejam relacionadas com isso e que conseguem fazer esse debate. E aí, a disciplina mudou o modelo de avaliação, inclusive, na conversa que houve entre a diretoria de os professores, os componentes, foi falado que está sendo trabalhado para melhorar a questão da disciplina, para melhorar a questão da ementa, porque realmente mudou o sistema de avaliação e tem um tempo de adaptação até que isso seja estabilizado. Mas, na prática, é isso. Uma disciplina que teve 50% de reprovação desde o início do período até o dos alunos que ingressaram na disciplina, não é uma coisa normal e a gente não pode botar a culpa em cima do aluno sobre isso. Aluna que, inclusive, teve questões parciais, teve questões com acessos parciais que não foram nem um pouco consideradas e que a banca avaliadora seguiu exatamente os mesmos princípios. Então, é uma coisa a se considerar e a ideia da contestação é isso, que a gente consiga ter uma contestação que também pense nos critérios de avaliação da de correção da disciplina, que é justamente a demanda principal dos estudantes. Não só da aluna, mas também dos outros alunos que solicitaram a revisão de banca, que, inclusive, enviaram e-mail, um grupo de mais quatro alunos fora a discente presente, que enviaram e-mail solicitando esse processo e que não foram respondidos nem

865 atendidos pelo departamento. Mas, assim, não é uma questão duvidando da competência dos
866 professores, são professores formados, dois dos componentes atuam na área, tem doutorado na
867 área etc. Mas é uma questão de a gente conseguir ter uma banca nova com pessoas não relacionadas
868 com o processo da abertura desse pedido. Então, o caráter do processo é mais esse, não de duvidar
869 da competência dos professores que, sem dúvida, são capazes desfazer esse julgamento, mas sim
870 que serão pessoas que consigam contestar essa questão do caráter da correção, da intransigência
871 da correção. Aí, no mais, é isso”. Ato contínuo fez uso da palavra o Prof. Mauro: “A comissão de
872 ensino se ateve ao que foi apresentado no processo, que é a prova, a correção da banca e os
873 gabaritos. E a comissão se debruçou sobre esse material e não identificou nenhum problema com
874 relação ao gabarito e o atendimento à resolução vigente, com relação à formação da banca. Isso
875 tudo está previsto pela resolução e foi atendido pela chefia do departamento para a formação da
876 banca. É isso, e aí o parecer foi favorável à decisão da banca”. A presidente retomou a palavra:
877 “Ok, todo mundo esclarecido sobre o assunto. Muito bem, vamos entrar em regime de votação.
878 Por precedência, o parecer da comissão de ensino é o primeiro a ser votado, depois nós estaremos
879 votando o processo da interessada, que é a aluna Marcella Klescoski Sznajder. Em regime de
880 votação foram apurados 09 votos à favor do parecer da Comissão de ensino e 10 votos a favor da
881 proposta da CAENG para retorno ao colegiado do departamento para indicar uma nova banca para
882 nova avaliação do processo, deferindo assim o pedido da discente. Nada mais havendo a tratar, a
883 sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Para constar a presente ata foi
884 lavrada por mim, Valéria de Oliveira Alves Vieira, Chefe da Seção de Atividades Gerenciais e
885 secretária da Egrégia Congregação e segue assinado pela Diretora da Escola Politécnica da
886 Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Presidente da sessão, Professora Cláudia do Rosário
887 Vaz Morgado. *****